

PORTOBELLO S/A
CNPJ/MF Nº 83.475.913/0001-91
NIRE 42300030201

Ata de Reunião do Conselho de Administração
ATA CA nº 01/2010

1. Data, hora e local: 23/02/2010, às 09:00 horas, na Sede da Companhia, localizada no Município de Tijucas-SC, na BR-101 Km 163, Centro.

2. Presenças: Registrada a presença dos Srs. Conselheiros: César Bastos Gomes, César Gomes Júnior, Rami Naum Goldfajn, Francisco Amaury Olsen, Cláudio Ávila da Silva, Plínio Villares Musetti e Mario José Petrelli. O Presidente do Conselho, César Bastos Gomes, convidou a mim, Edson Luiz Mees Stringari, para secretariá-los. Registrada, ainda, a presença do Sr. Haroldo Pabst, membro do Conselho Fiscal e dos Diretores da Companhia. Foram justificadas as ausências dos Conselheiros Maílson da Nóbrega e Glauco José Côrte.

3. Ordem do Dia: (i) Apreciação do Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras de 2009 e da Proposta de Destinação do Resultado do Exercício, (ii) Convocação de Assembléia Geral Ordinária e, (iii) Assuntos Gerais.

4. Deliberações: Na apreciação da Ordem do Dia, o Presidente do Conselho solicitou aos integrantes da Diretoria a apresentação do Relatório e das Demonstrações Financeiras correspondentes ao exercício social de 2009. Na exposição, o Diretor Financeiro e de Relação com Investidores destacou que o EBITDA no período, de R\$ 58,7 milhões, cresceu 1,5% em relação aquele apurado no ano anterior, e representou 14,6% da receita líquida, um acréscimo de 1 ponto percentual. O faturamento de R\$ 507,0 milhões e a receita líquida de R\$ 402,0 milhões decresceram, respectivamente, 2,0% e 1,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. O volume de vendas reduziu 4,7%, entretanto houve aumento de 10,5% nas vendas no mercado interno. A receita líquida consolidada diminuiu 1,6% pela queda acentuada de 48,8% nas vendas decorrentes das exportações. Foram destacados os seguintes itens: Resultado líquido 277% superior quando comparado ao exercício de 2008; Crescimento de 12% nas vendas no mercado doméstico; Crescimento de 5% na produção de revestimentos cerâmicos; Redução de 12% nas despesas administrativas e comerciais; Redução de 47% nas despesas financeiras líquidas; Redução de 8% no endividamento bancário; A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS instituído pela Lei 11.941 e MP 470, resultando em aumento do Patrimônio Líquido no montante de R\$ 12.569 e alongamento dos prazos de pagamento para até 180 meses.



O ano de 2009, em resumo, iniciou-se sob o impacto da crise econômica internacional deflagrada em setembro do ano anterior, com reflexos negativos na demanda por materiais de construção e na liquidez dos mercados. Esta conjuntura internacional adversa contaminou a economia brasileira que sofreu seus efeitos até meados do ano, e somente no segundo semestre mostrou sinais de recuperação consistente. O setor de materiais para construção civil acompanhou este ciclo econômico e mostrou pequeno crescimento de menos de 2% no acumulado do ano, segundo estatísticas do IBGE. Os materiais para acabamento, onde se enquadram os revestimentos cerâmicos, cresceram menos ainda segundo a ABRAMAT- Associação Brasileira de Materiais de Construção. Não obstante esta conjuntura difícil, a Companhia aumentou cerca de 12% as suas vendas no mercado interno, compensando quase inteiramente a queda acentuada de suas exportações. A produção física aumentou 5%, apesar dos problemas operacionais ocorridos no segundo trimestre com equipamentos da fábrica de revestimentos de parede, solucionados no segundo trimestre. Dando continuidade ao processo de racionalização progressiva de suas operações, houve redução de 12% nas despesas administrativas e comerciais. Também nos aspectos financeiros foram obtidos progressos significativos, com a redução de 8% no saldo do endividamento bancário e de 47% nas despesas financeiras líquidas. A Companhia aderiu em novembro aos programas de parcelamentos de impostos instituídos pela lei 11.941/2009 e pela Medida Provisória 470/2009, com grande redução do passivo fiscal e amortização em até 180 meses. Além da regularização dos passivos fiscais, também foram transformadas as contingências que a Companhia avaliou serem convenientes reconhecer como passivo para parcelamento com as reduções expressivas possibilitadas pela nova legislação. Foram utilizados créditos de IR e CSLL diferidos, para parte significativa dos pagamentos destes impostos parcelados, cujo aproveitamento em condições normais levaria diversos anos. Estas contingências fiscais em sua quase totalidade decorreram de compensações de impostos com créditos-prêmio de IPI, que haviam sido glosadas pela Receita Federal e encontravam-se em discussão nas esferas administrativa e judicial. A confissão e parcelamento destas dívidas fiscais decorrentes de compensações glosadas, embora elimine a discussão administrativa, não prejudica o andamento das ações judiciais para reconhecimento do direito a crédito-prêmio de IPI de exportações realizadas antes de outubro de 1990, já transitadas em julgado quanto ao mérito favorável à Companhia, encontrando-se em processo de liquidação de sentença. Após ampla discussão, a matéria foi submetida à votação, tendo sido aprovados o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2009, autorizada sua publicação e o arquivamento com a documentação do Conselho de Administração da Companhia. O Conselho aprovou a proposta de destinação dos resultados do exercício à conta de prejuízos acumulados. Dando prosseguimento, o Conselho autorizou a convocação de Assembléia Geral Ordinária de Acionistas, a ser realizada até o último dia útil de abril próximo e destinada a: (1) Apreciar o Relatório e as Demonstrações Financeiras do Exercício de 2009. (2) Deliberar sobre a proposta da Administração de destinação do resultado do exercício à conta de prejuízos acumulados, (3) Fixar os valores destinados à remuneração dos órgãos da Administração, (4) Fixar o número de membros para composição do Conselho de Administração, (5) Eleição do Conselho de Administração e, (6) Eleição dos integrantes do Conselho Fiscal e suplentes.



5. Encerramento: Como nada mais houvesse a tratar, foi lavrada a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade e assinada pelos presentes. Tijucas, 23 de fevereiro de 2010.



Edson Luiz Mees Stringari
Secretário 'Ad Hoc'